

1º Exame de Ordem - 2ª fase - 1996

Direito Tributário

1. A sociedade SILVA SOUZA E CIA LTDA é constituída pelos sócios João Antônio da Silva e Maria José de Souza, estabelecendo o contrato social que a gerência será exercida exclusive e isoladamente pelo sócio João Antônio. Maria José foi intimada, em 20 de setembro de 1996, de penhora de um apartamento de sua propriedade, feita em uma execução fiscal promovida pela União Federal contra a sociedade SILVA SOUZA E CIA LTDA.

Examinando os autos da execução e os documentos fornecidos por Maria José, verifica-se o seguinte:

- (a) A execução foi proposta pela União Federal, contra a sociedade em 12 de novembro de 1995.
- (b) A sociedade foi citada em 30 de novembro de 1995. Não pagou a dívida e nem indicado bens à penhora. O Oficial de Justiça certificou que não encontrou bens da sociedade suficiente para garantir a execução.
- (c) Em razão da certidão do Oficial de Justiça, a União Federal requereu a citação e a penhora de bens dos sócios João Antônio e Maria José.
- (d) Maria José e João Antônio foram citados em 6 de agosto de 1996, sendo o mandado de citação juntado aos autos em 8 de agosto de 1996. Não pagaram a dívida e nem indicaram bens à penhora.
- (e) Por não ter encontrado bens em nome do sócio João Antônio, foi efetuada a penhora do apartamento de Maria José.
- (f) O apartamento penhorado é o único de propriedade de Maria José, que é divorciada e nele reside com seus filhos menores.
- (g) O débito cobrado relativo ao Imposto sobre Produtos Industrializados, do período de outubro de 1986 a dezembro de 1986, regularmente escriturado nos livros fiscais e não recolhido no prazo legal, além da multa pela falta de recolhimento do impostor exigido através de Auto de infração lavrado em 18 de fevereiro de 1987.
- (h) Que a sociedade deixou transcorrer *in albis* o prazo de 30 dias para impugnar o Auto de infração, razão pela qual, o débito foi inscrito na Dívida Ativa em 15 de março de 1988.
- (i) Que o imposto realmente é devido, sendo que só não foi pago por um erro do Contador, que não mandou as guias para que o imposto fosse recolhido.
- (j) O mandado de intimação da penhora foi juntado aos autos em 24 de setembro de 1996.

Na qualidade de Advogado de Maria José, ingressar com a medida judicial cabível para defesa dos seus direitos, justificando a tempestividade.

2. Distinguir o fato gerador da taxa do fato gerador da contribuição de melhoria.

3. Em processo de separação consensual, em que há um único imóvel a partilhar, os cônjuges, por acordo, resolvem que o imóvel ficará com a mulher. Antes da expedição do formal de partilha, a Fazenda Pública Estadual pede a comprovação do recolhimento do imposto de Transmissão Causa Mortis e por Doação, de competência do Estado. Por sua vez, a Fazenda Pública Municipal pede a comprovação do Imposto de Transmissão Intervivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis de competência do Município. Procedem as pretensões do Estado e do Município?

4. O Município pode cobrar IPTU sobre imóvel de propriedade da União? E as taxas de lixo e de Limpeza Pública?

5. O crédito tributário pode ser extinto por compensação?

6. O Governador do Estado baixou decreto aumentando a taxa judiciária de 1% para 2% do valor da causa. É válido o aumento?

Direito Comercial

1. Formular pedido Judicial de concordata preventiva a requerimento de SANTOS CARVALHO E CIA LTDA.

Advogado: MANOEL DE SOUZA

2. "A" vendeu para "B" uma partida de tecidos acondicionados em fardos com aparência externa perfeita. "B", examinando os fardos depois de abri-los, constatou defeitos irremediáveis nos tecidos e devolveu as mercadorias. "A" disse que apesar de não estarem à vista os vícios, o preço reduzido da venda indicava tratar-se de mercadoria defeituosa. O comprador podia ter devolvido a mercadoria? Por que?

3. "A" emitiu em favor de "B" uma nota promissória, deixando o valor em branco. "B" preencheu o valor com importância que "A" disse ser superior a que ambos haviam fixado. "A" está obrigado a pagar a quantia expressa no título? Por que?

4. Na criação de uma sociedade anônima, por subscrição pública, foram os atos preliminares submetidos ao exame da CVM que os aprovou. Não tendo subscrito o total do capital social os subscritores, em assembleia, resolveram, por maioria absoluta, reduzir o capital para a quantia subscrita, prosseguindo nos atos ulteriores para a constituição. Isso é possível? Por que?

5. Concedida a concordata preventiva, o concordatário, depois de pagar a primeira parcela de sua proposta, desistiu do pedido, requerendo a homologação dessa desistência. Procede o pedido? Por que?

6. Qual a ordem hierárquica dos créditos na falência?

Direito Penal

1. Redija a peça adequada à impugnação do despacho que recebeu uma denúncia inepta contra o acusado MARCELO DE JESUS, oferecida perante juízo incompetente *ratione materiae*.

Advogado: ANTÔNIO DA SILVA

2. Comente o fenômeno do arquivamento implícito do inquérito policial, analisando seus aspectos objetivos e subjetivos.

3. Após ser citado por edital, o acusado não comparece em juízo, nem tampouco constitui advogado para representá-lo. Como deverá proceder o juiz de tais fatos. Fundamente sua resposta.

4. Discorra sobre a prefixação da hierarquia de provas, abordando, para tanto, a compatibilidade ou não do preceito. *Testis unus testis os* com o nosso sistema processual penal.

5. João, perfeitamente consciente dos riscos de participar de corrida de automóveis em ruas da cidade, decide participar de um "pega" com seus amigos. A certa altura, após ingressar pela contra mão de uma certa via, atropela involuntariamente um passageiro que vem a falecer. Qual a situação jurídica de João?

6. Jorge, tendo subtraído um cheque em branco do talão de Pedro, vai ao banco e tenta sacar R\$ 1.000,00, após preencher e assinar o cheque. O

caixa percebe a falsidade e, sem entregar-lhe a importância, chama a polícia. Processado criminalmente, Jorge alega ser hipótese de crime impossível, face a não obtenção de qualquer proveito. Comente e forneça a correta solução jurídica.

Direito Administrativo

1. Elaboração, no exercício de atividade de consultoria jurídica, de um parecer;

No dia 25.09.96 o Jornal do Brasil publicou editorial sob título Pedra Preciosa sobre fato que mereceu notícia em toda a imprensa o que assim iniciava e terminava:

"A ex-agência dos Correios da praia do Arpoador, pardieiro malcheiroso sem qualquer valor histórico, transformado em valhacouto de marginais e mendigos, foi finalmente demolida pela Prefeitura. Gesto de bom senso: tombado ali é somente o patrimônio natural, a pedra do Arpoador, um dos mais nobres sítios naturais do Rio conspurcado pelo monstrengo caindo aos pedaços.

Muito embora esteja abandonada há décadas, tendo virado mictório a céu aberto, a demolição lembrou subitamente à Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) que o balandrau infecto é de sua propriedade, tendo por isso o direito de "preservar" uma ruína já condenada em laudo da Defesa Civil.

A Prefeitura agiu de boa fé: vistoriou, condenou, notificou a ECT, tentou permutar, deu quatro meses para obras de emergência e o prazo se esgotou a 15 de setembro. A demolição resguarda a população de um desabamento e restitui a pedra do Arpoador ao Rio, limpa como um dia foi e sempre deveria ter sido."

A leitura do editorial e informado de que a ECT, insatisfeita com a demolição levada a efeito pela Prefeitura, sem que - a entendimento dela ECT - previamente munida de uma autorização judicial para assim ter procedido, emita, em resposta a consulta da Municipalidade, parecer justificando, à luz de princípios regedores da atuação da Administração Pública e de prerrogativa que, em decorrência, lhe assistiria no episódio a providência adotada e aplaudida, inclusive, no editorial jornalístico.

Procurador: MANOEL DE JESUS

2. Tendo participado de uma licitação, sob modalidade de concorrência, para realização de obra pública, sua cliente, uma empreiteira, foi declarada vitoriosa, celebrou contrato com a Administração Pública e deu início à execução da obra. Quando já concluída a etapa inicial desta e em curso as providências para o pagamento correspondente, uma concorrente derrotada na licitação consegue a declaração de nulidade do contrato administrativo em execução.

Pergunta-se:

a) Essa declaração de nulidade opera *ex tunc* ou *ex nunc*?

b) Qualquer que seja a resposta precedente, sua cliente tem assegurada indenização pelas obras que executou da etapa inicial do contrato?

3. A Previdência Social é condenada judicialmente ao pagamento, que havia recusado, de pensão a cliente seu. Na execução da condenação, você postularia em favor do pensionista, à luz da jurisprudência vigente, que os atrasados a ele devidos:

a) Fossem pagos independentemente de precatório judicial?

b) Fossem pagos na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos? ou

c) Fossem pagos com prioridade na ordem cronológica dos precatórios?

4. Ao contestar uma ação de desapropriação você pediria que os honorários de advogado sejam fixados sobre o valor ofertado inicial do expropriante, o valor da justa indenização que vier a ser arbitrada, a final, ou o valor da diferença se o da indenização vier a ser superior ao preço oferecido? Por que?

5. Advogado de sindicato de servidores públicos civis, você é consultado sobre se, ao amparo da Constituição, poderiam entrar em greve com garantia de que lhes seria assegurado não sofrerem descontos pelos dias de paralisação. O que vocês lhes responderia?

6. Proprietário de imóvel rural teve tentada contra ele desapropriação parcial, que lhe deixaria a área remanescente reduzida a superfície inferior à da pequena propriedade rural. Procura-o para defendê-lo na ação: na sua contestação, que requerimento você poderia fazer em favor do proprietário?

Direito Trabalhista

1. Albuquerque foi admitido em 01/02/1990 e demitido em 30/10/1995, sem justa causa, pela empresa Alcântara, sem que esta tivesse pago as verbas próprias da rescisão e, muito menos entregue a guia para levantamento dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, efetuados no banco depositário, existindo ainda salários retidos concernentes aos 3 (três) últimos meses trabalhados.

A maior remuneração de Albuquerque, na reclamada, era de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), de forma mensal.

A empresa nos 3 (três) últimos meses do contrato de trabalho havido com Albuquerque, lhe adiantou a título de salário, o importe de R\$ 900,00 (novecentos reais), tendo deixado de recolher o valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, relativamente a esses 3 (três) meses.

A empresa Alcântara desobrigou Albuquerque do cumprimento do aviso prévio, dado em 30/10/1995, não tendo homologado a rescisão, junto ao órgão competente no prazo legal.

Levando em consideração os fatos acima narrados, formular reclamação trabalhista postulando as verbas consideradas devidas, em face do contrato de trabalho, tendo em vista que Albuquerque recebeu os trezenos de 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994, e férias de 1990/1991, 1991/1992, 1992/1993 e 1993/1994, em virtude de demissão sem justa causa e o inadimplemento de Alcântara.

Albuquerque contratou o Advogado PEDRO DE ARAÚJO

2. Dissertar sobre o conceito de remuneração e salário, mencionando os artigos da CLT e os Enunciados do TST.

3. As horas extras prestadas com habitualidade integram a remuneração do empregado? Fundamentar.

4. Em que hipótese é cabível o Recurso Ordinário? Fundamentar.

5. A competência para processar e julgar a reclamação trabalhista de servidor público, relativamente a vantagens oriundas do contrato de trabalho anterior à instituição do regime jurídico único é de qual justiça? Fundamentar.

6. Quando é cabível o Agravo de Petição? Fundamentar.

Direito Civil

1. "Redigir petição inicial de ação de consignação em pagamento, decorrente de recusa, pela empresa credora, ao recebimento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que a firma autora entende devido em função de venda de mercadorias, sendo que a discussão entre as partes gira em torno do reajuste do preço dos produtos, conforme previsão contratual.

A consignante entende que a correção monetária incide a partir da assinatura do contrato. A fornecedora, por sua vez, entende que tal correção deve ter início desde o primeiro orçamento, entregue em 3 (três) meses antes da assinatura do contrato. O contrato estipulou, apenas, o índice (IGP-M) de reajuste."

2. Tício é devedor de Caio da quantia de R\$ 10.000,00, sendo seu fiador Creso, sendo certo que o vencimento será no dia 20/09/96. Em negociação mantida com Caio sem conhecimento de Creso, Tício culmina por obter um parcelamento de sua dívida junto a este, comprometendo-se em liquidá-la em 10 parcelas mensais, acrescidas de juros de 10% ao mês. Ocorre que Tício suspendeu os pagamentos a partir da 3ª parcela alegando dificuldades. Diante da inadimplência Caio promoveu a execução da dívida acionando o fiador. Como Advogado de Creso, que solução daria ao problema? Responda fundamentadamente.

3. João, José e Maria são proprietários em condomínio de imóveis locados a terceiros, os quais vem sendo administrados pessoalmente por João, sem oposição dos demais. Ocorre que não mais convindo a José e Maria a administração por parte de João, culminaram por solicitar aos locatários que pagassem 1/3 dos locativos a cada um deles diretamente. Comente a solução aplicada ao problema sugerindo o que for mais adequado, fundamentando sua resposta.

4. Arnóbio resolveu deserdar sua filha Bernarda em seu testamento, firmado por escritura pública e diante de quatro testemunhas, alegando o fato previsto no artigo 1.744, III. Como Advogado de Bernarda como impugnaria tal disposição, para incluí-la no direito à herança de Arnóbio?

5. João e Maria são caseiros do "Sítio Paraíso", de propriedade de José, de quem não têm notícias há cerca de 15 anos. Tendo em vista que cuidam da propriedade como se sua fosse, com quantos anos e por qual fundamento poderiam adquiri-la por via de usucapião?

6. Em qual hipótese, em matéria de posse, pode ocorrer a autotutela e em que circunstância?